

IDENTIDADE NEGRA E NEOPENTECOSTALISMO: O CASO REGINALDO GERMANO

Adriana Martins dos Santos
martins.reli@hotmail.com

Introdução

Embora a Igreja Universal do Reino Deus (IURD) não tenha inaugurado a bancada evangélica, sua presença representou um momento decisivo para a consolidação deste segmento, uma vez que seu modo de atuação serviu como modelo a ser seguido por muitos grupos, que já tinham o potencial político, mas que não detinham os meios necessários para aproveitá-lo, o que a Igreja Universal soube fazer através de uma forte centralização política e do uso da mídia. Estudos têm apontado que a eleição do cofundador da Igreja Universal, Ronaldo Augusto Lopes, em 1986 representou o início de uma trajetória política ascendente da IURD até as eleições de 2002 quando suas lideranças conseguiram a desejada vaga no Senado da República.¹ Neste processo, a Bahia assumiu um papel considerável ao se observar que já em 1990 se encontravam entre os três deputados federais eleitos com apoio iurdiano, o baiano Luiz Moreira, ligado a Antonio Carlos Magalhães. Os outros dois, Aldir Cabral e Laprovita Vieira, representavam o Rio de Janeiro. Luiz Moreira conseguiu se reeleger nas eleições de 1994 e 1998, sempre à disposição do grupo religioso para lutar por seus interesses.

Carlos Rodrigues, articulador político da IURD, publicou em 1998 um pequeno livro denominado *A Igreja e a Política* no qual ainda se vislumbravam a presença do tom de “guerra santa” que reinou durante toda a década de 1990, quando a entrada da IURD na política era justificada com o argumento de combater seus perseguidores. Este argumento permaneceu como algo recorrente no discurso das lideranças e dos fiéis, sendo retomado a cada vez que a Igreja Universal estava em conflitos com outros grupos. Dificilmente a IURD reconhecia as críticas que sofria sem apelar para essa atitude, bastante expressa em inúmeras de suas publicações oficiais. Durante a visita à Salvador de um pastor e senador do Partido Democrata, líder do movimento negro e ex-candidato à presidência dos EUA, o vereador iurdiano Alexandre Bittencourt Madureira fez um interessante comentário, que demonstrava como em terras baianas este discurso defensivo também esteve presente:

Depois de passar pelo Rio e São Paulo, o pastor Jesse Jackson, senador do Partido Democrata, líder do movimento negro e ex-candidato à

presidência dos EUA, foi para Salvador (BA), onde participou de um almoço oferecido pelo Movimento Negro e de uma reunião com o governador Paulo Souto. Embora não conhecendo toda cidade, o senador ficou espantado com a diversidade religiosa da região. Jackson ainda teve a oportunidade de falar com o pastor e vereador Alexandre Bitencourt, da Igreja Universal, o qual lhe confessou que a maior discriminação no Brasil não é racial, mas a religiosa, principalmente contra os cristãos que pregam o Evangelho de uma maneira aberta. Jesse Jackson mostrou-se disposto também a defender a causa dos evangélicos.²

Desta maneira o dever fundamental de defender os interesses da Igreja Universal do Reino de Deus apresentou-se como papel primordial a ser cumprido pelos políticos eleitos com o apoio deste grupo. Observa-se que Alexandre Bitencourt ao entrar em contato com Jesse Jackson ressaltou mais o suposto preconceito de que os evangélicos seriam vítimas na cidade do que o tema que trouxe o próprio político norte-americano a terras baianas, que foi a discussões de questões pertinentes à causa negra. Talvez se a visita tivesse se dado dois anos depois e o contato de Senador Jackson fosse com outro pastor-político da Igreja Universal do Reino de Deus as conclusões sobre a maior discriminação da população evangélica ou da população negra tivesse tomado rumo diferente. O outro membro a que me refiro é Reginaldo Germano que chegou a Salvador para atuar como pastor em 1997 e que em 1998 se candidatou a deputado federal pelo PMDB, mas com explícito apoio da IURD.³

Membro da Igreja Universal, Germano atuou como deputado federal pelo estado da Bahia entre os anos de 1999 e 2006. Reginaldo Germano se converteu a IURD em 1985, segundo seu próprio relato, ainda quando se encontrava preso, cumprindo pena por envolvimento com drogas. Nascido e criado no Rio de Janeiro, sua cidade natal, a partir do momento que entrou para a Igreja Universal e se tornou pastor, atuou em diversos estados brasileiros até chegar à Bahia, na década de 1990.⁴

Ligado ao carlismo, como a maioria dos deputados iurdianos baianos e com posições políticas similares ao que se chamou Direita⁵, o dito deputado, no entanto, também se destacou na luta por direitos dos negros, tanto como relator da comissão que criou o Estatuto da Igualdade Racial quanto por desenvolver uma atividade parlamentar voltada para a busca de melhores condições de vida da população negra. Esta atuação pode ser em parte explicada pela sua própria condição “racial”. Numa sociedade que estruturou suas relações raciais a partir da cor, Germano se incluía entre os indivíduos que mais estiveram em condições de ser vítima deste preconceito por se encontrar bastante próximo da suposta posição desfavorável na “escala racial brasileira” baseada na aparência.

Por ter sentido na “própria carne” o preconceito, possivelmente o deputado se envolveu nesta luta e ao lado da defesa dos interesses da Igreja Universal do Reino Deus tenha colocado a “causa negra” também como uma das pautas de reivindicações. Este caráter diferenciado foi aproveitado pelo próprio grupo religioso do qual o deputado fazia parte. Em várias edições do jornal *Folha Universal* podem ser encontradas reportagens destacando a atuação do deputado na defesa da causa negra e na revista *Plenitude*, publicada pela IURD, discussões em torno da questão das cotas. O próprio articulador político da Igreja Universal, Carlos Rodrigues, se pronunciou em relação ao tema:

Sou a favor da implantação da reserva de cotas de vagas. Infelizmente, como já era de esperar, os reitores estão contra a aprovação. Eles usam o argumento de que o cidadão negro vai para as instituições públicas e diminui (diminui?) o nível intelectual da faculdade por estar desesperado. Não podemos aceitar esse tipo de argumento porque o dinheiro que serve para manter esses estabelecimentos são provenientes de arrecadação paga pelo povo de um modo geral. O dinheiro público deve ser usado para gerar oportunidade para os menos favorecidos, temos que combater esta injustiça através da política. A maioria dos políticos não entende os problemas sofridos pelos negros. Eles acham que não há racismo e isto somente entende quem sente na pele.⁶

“Somente entende quem sente na pele”, muitos iurdianos sentiram tal preconceito, uma vez que a presença negra nos cultos desde sua fundação é algo que pode ser destacado ao se observar a história da Igreja Universal do Reino Deus, em Salvador. Embora não haja informações mais precisas, uma vez que não existem pesquisas quantitativas sobre a IURD na cidade, a observação e os dados de alguns pesquisadores do tema constataam que grupo foi e continua sendo formado em sua maioria pelos “excluídos” da sociedade: pobres, mulheres e negros.⁷

Evangélicos e cultura negra

Mesmo considerando que a questão racial se tornou uma pauta presente em discursos políticos de variados segmentos sociais é instigante observar como este grupo religioso associado quase sempre a negação da cultura negra, principalmente pela imagem negativa das religiões afro-brasileiras que sempre construiu, relacionou-se com os temas políticos e sociais ligados a esta população, ainda mais quando é possível perceber a diversidade de postura dos evangélicos em relação ao tema, como por exemplo, o posicionamento do ex-pastor batista Djalma Torres que foi um dos principais responsáveis pela busca de um diálogo inter-religioso entre grupos evangélicos e afro-brasileiros, inclusive tendo

participação ativa em eventos para discutir a temática. Em artigo para a revista *Tempo e Presença* Torres comentou estas iniciativas:

Em 1988, houve um encontro sobre teologia cristã e religiões afro-latino-americanas e caribenhas. Foi um seminário extremamente positivo porque o pessoal do candomblé nos provocou assim: “Quando vocês nos chamam para uma reunião como essa, se colocam em uma posição de superioridade. A teologia cristã é boa e nós não valemos nada. Se tivermos que manter um diálogo, temos que caminhar num mesmo pé de igualdade”. (...)

Considero que, por uma questão de sinceridade, honestidade e humildade, nós deveríamos pedir perdão aos negros e aos do candomblé pelo comportamento preconceituoso que temos tido nestes mais de cem anos.⁸

Não foram todos os protestantes “progressistas” que tiveram esta postura de diálogo com as religiões afro-brasileiras. Na verdade podemos indicar Djalma Torres como uma voz que fez esta crítica interna das limitações presentes na busca deste diálogo. Se o ecumenismo cristão já teve problemas para se estabelecer, muito maiores foram as dificuldades para instituírem-se relações de respeito baseado não na tolerância mais no reconhecimento dos limites da fé cristã. (Torres, 2011, pág. 207)

O combate às religiões de origem africana, geralmente associado à ação da Igreja Universal do Reino Deus, também fez parte da história dos evangélicos em terras brasileiras, baianas e soteropolitanas. A “intolerância religiosa” dos crentes não foi inaugurada pela IURD. A identificação das divindades do panteão africano com demônios e de Jesus como libertador desta condição apareceu nos discursos e na prática política de outros grupos evangélicos que a antecederam no campo religioso, como batistas e assembleianos, por exemplo, e teve também desdobramentos no espaço político. Isto pode ser identificado, por exemplo, no discurso proferido pelo deputado federal assembleiano Milton Barbosa, que em 1992 criticou na Câmara Federal a proliferação de magos pelo país, tomando como referencia suas próprias concepções religiosas:

Lamento a proliferação dos gurus em todo o País. Se há advinhos é porque há clientela para estes. E, sem dúvida, há poderosos, em todos os níveis, que buscam conhecer a sorte e o futuro, como se isto fosse possível e necessário.

A Bíblia condena consulta a advinhos, espíritos dos mortos, cartas e números. Esclarece, claramente, que "basta a cada dia o seu mau", não devendo o futuro ser objeto de maiores especulações.

Assim, deixo esta palavra como um alerta contra os rumos que podem esperar o Brasil, se continuarmos sendo orientados por cartomantes, advinhos, magos e pais-de-santo.⁹

Quando Fernando Collor de Melo, envolvido num caso gravíssimo de corrupção, foi afastado do poder através de um processo de impeachment líderes iurdianos que haviam se empenhado para elegê-lo nas eleições presidenciais de 1989 atribuíram sua queda ao fato do presidente ter se envolvido com o candomblé:

Os “santos”, cujas estátuas eram mantidas por toda casa e até num suntuoso jardim de Collor, que tantas despesas deram com milionários “despachos”, não livraram seus “protegidos” do poço em que mergulharam.

Imaginaram estar recorrendo a Deus, mas na verdade, buscavam espíritos enganadores. Fernando Collor, jovem ainda, está no ostracismo. Se tivessem subido ao poder com a Bíblia, seu destino teria sido diferente (Rodrigues, 1998, pág. 14).

Interessante observar que lideranças assembleianas e iurdianas apoiaram Collor em 1989. É difícil não pensar numa dupla referência ao relacionamento que Collor manteve com a Magia representada pela figura de mãe Diná como uma forma de se abster da responsabilidade diante de suas anteriores opções políticas. Em todo caso o que está posto é uma negação explícita de práticas ligadas às religiões afro-brasileiras e a apresentação do caminho da religião “legítima” como o único capaz de responder aos problemas enfrentados:

Quarto estado brasileiro a receber um templo da Igreja Universal, a Bahia, conhecida como “terra de todos os santos e todas as magias”, apesar da influência da cultura africana, vem se rendendo à força do trabalho e da evangelização...

Uma das principais características do povo baiano é a capacidade de exercitar a fé na busca de seus objetivos. Quando tomam conhecimento de que a causa de seus infortúnios é estritamente espiritual, procuram uma saída e acabam encontrando a solução em Jesus indo a um templo da IURD, onde um verdadeiro trabalho de libertação é realizado. (Universal, 2003, pág. 88)

Apesar da forte presença dos cultos de origem africana ou terá sido este um dos elementos que favoreceram este crescimento? Em trecho da defesa apresentada pelos advogados da Igreja Universal do Reino de Deus nos processos movidos contra este grupo que acusavam suas lideranças de praticarem curandeirismo e charlatanismo, destacaram-se algumas considerações feitas em torno da legitimação das práticas religiosas iurdianas:

Charlatanismo e o curandeirismo a que se refere o Código Penal dirigem-se a hipóteses manifestadas diversas, isto é, a práticas que lesam a incolumidade pública, não ao exercício de práticas religiosas, asseguradas pelo texto constitucional, que, além de não lesar os bens jurídicos apontados, não violam a moral e os bons costumes. Seria uma contradição descomunal se, nos dias de hoje, em que permitimos cenas

pornográficas no horário nobre da televisão, em que as drogas circulam na porta das escolas, numa época como esta de extrema crise, concentrássemos o pesado instrumental do Direito Penal para fazê-lo desabar sobre líderes de seitas religiosas que se propõem a aliviar as dores e sofrimentos espirituais ou psíquicos dos que não têm acesso aos meios sofisticados e caríssimos para cura dos seus males por métodos tradicionais.¹⁰

Observa-se que para a IURD o curandeirismo aparece como um crime apenas nos casos em que não está relacionado com práticas religiosas. Nestas, ele era justificado até como alternativa a métodos mais “sofisticados”, os quais a população não tinha acesso. Estes procedimentos eram, portanto, legítimos apenas quando praticados nos “espaços certos”, e a Igreja Universal apareceu como um desses locais, onde a magia tornava-se aceitável. Como observa Bourdieu:

Uma vez que a religião, e em geral todo sistema simbólico, está predisposta a cumprir uma função de associação e de dissociação, ou melhor, de distinção, um sistema de práticas e crenças está fadado a surgir como magia ou como feitiçaria, no sentido de religião inferior, todas as vezes que ocupar uma posição dominada na estrutura das relações de força simbólica, ou seja, no sistema das relações entre sistemas de práticas e de crenças próprias a uma formação social determinada. Desta maneira, costuma-se designar em geral como magia tanto uma religião inferior e antiga, logo primitiva, quanto uma religião inferior e contemporânea, logo profana (aqui, equivalente de vulgar) e profanadora. Assim, a aparição de uma ideologia religiosa tem por efeito relegar os antigos mitos ao estado de magia ou feitiçaria. (Bourdieu, 2005, pág. 43)

Existia nas concepções religiosas brasileiras e soteropolitanas uma tradição da prática de cura e milagres, mesmo em face de soluções “mais racionais”. As promessas de cura recebiam uma resposta imediata e massiva, sobretudo quando de origem religiosa. Como Bispo Carlos Rodrigues comentou certa vez: “A IURD é a igreja do coreto no sentido de que prega para o povo, fala a sua linguagem e compreende o seu coração”¹¹. E uma das formas de expressão da realidade popular foi o uso da “magia” no seu cotidiano. Demanda que a IURD soube atender, buscando no repertório religioso de origem africana e do Catolicismo parte dos elementos que constituíram sua própria prática religiosa. A Igreja Universal do Reino Deus praticou uma religiosidade carregada de conteúdos e formas mágicas em seus cultos ao mesmo tempo em que a rejeitou formalmente enquanto prática religiosa legítima, atacando as religiões de origem africana. Como bem lembrou Vagner Silva:

Combater essas religiões é menos uma estratégia proselitista voltada para retirar fiéis deste segmento, embora também tenha esta função, é mais uma forma de atrair fiéis ávidos pela experiência de religiões impositivas (mágicas e estáticas) com a vantagem de legitimidade social conquistada pelo campo religioso cristão. (Silva, 2007, pág. 209)

A IURD utilizou elementos que seriam típicos do que se convencionou chamar magia, mas de forma organizada, institucionalizada, denominacionalmente, ao propor resolver todos os problemas dos fiéis em rituais de cura e exorcismo. A Igreja Universal do Reino Deus não mediu esforços para tirar proveito evangelístico da mentalidade e do simbolismo religiosos brasileiros, apelando deliberadamente para o “sincretismo”. (Mariano, 1996, pág. 130).

Analisando a atividade legislativa de Reginaldo Germano

A análise da vida política no espaço legislativo pode ser realizada a partir da observação de uma série de documentos, projetos, moções, discursos, indicações e vários outros documentos. Optamos para a construção deste artigo em nos determos na observação dos discursos de Reginaldo Germano. Entre as razões está a possibilidade de trabalharmos com todos os discursos que ele produziu ao longo do período que atuou como deputado a partir de uma análise mais aprofundada dos mesmos,¹² solução esta que permite também pensar a presença das discussões sobre racismo ou o papel do negro na sociedade nestes discursos comparando-as a outros deputados, que vincularam sua atuação política à questão negra ou ao movimento evangélico. Além disto, os discursos nos remetem ao todo da atividade parlamentar porque nele também aparecem as indicações, projetos, comissões, disputas entre deputados, referências a notícias publicadas em jornais, revista, televisão. Trata-se de um material riquíssimo para a construção do perfil de um parlamentar.

Durante os 8 anos que Reginaldo Germano atuou como deputado na Câmara Federal ele realizou 215 discursos. Nestes há referência direta ao racismo ou o papel dos negros na sociedade em 66. Cerca de 30% dos seus discursos se voltaram para fazer homenagens a pessoas ou entidades negras que se destacaram ou se destacavam na sociedade brasileira, apresentar os andamentos das discussões na comissão que discutia o Estatuto da Igualdade Racial, realizar denúncias de situações de racismo, apresentar dados sobre a exclusão estrutural que vivia o negro na sociedade. Luiz Moreira, como já foi dito, um dos primeiros deputados federais eleitos pela IURD no Brasil e o primeiro na Bahia, em doze anos de vida parlamentar em nenhum de seus discursos tratou desta temática (1991-2002). Este

tema nos discursos de Germano supera inclusive a própria presença de seu grupo religioso. A Igreja Universal do Reino de Deus apareceu como objeto central de suas falas 23 vezes, embora quando esta matéria emergia, o seu papel de “político da igreja” se concretizasse de maneira bastante evidente. Quando “colocado contra a parede”, ou seja, nos momentos em que a sua identidade racial teve que se defrontar com aspectos de sua condição religiosa, o seu posicionamento político se pautou na defesa dos interesses da IURD. Um dos momentos em que isto ocorreu foi quando da proibição de circulação do livro *Orixás, caboclos e guias*, no qual Edir Macedo apresenta uma visão marcadamente preconceituosa das religiões e religiosidades afro-brasileiras:

Agem contra o livro do Bispo Macedo. Ora, se retirarem o livro do Bispo Macedo, como determinou a Justiça, vamos ter de fazer o mesmo com livros da Igreja Católica, da Umbanda, da Quimbanda, do Candomblé, da Magia Negra. Todos os livros religiosos vão ter de sair de circulação. Eles não vão circular, ou que se declare que no Brasil só há uma religião e todos somos obrigados a praticá-la.

Aqui fica meu protesto contra a injusta apreensão do dinheiro e contra a decisão da Justiça do Estado da Bahia, que determinou a retirada do livro do Bispo Macedo de circulação. Se isso ocorrer, tem de se retirar todos os outros livros que tratam de religião, para que haja equidade.¹³

Dois anos antes Germano já expressara opinião semelhante ao questionar o que para ele era uma suposta perseguição dos evangélicos aos cultos afro-brasileiros:

“Há uma liberdade de culto. Encontram-se despachos nas ruas, perto das cachoeiras. O padre Marcelo prega na TV”.

Segundo Germano, a Universal tem 23 deputados e deles nunca partiu nenhuma ação para causar impedimento a qualquer religião. “No simples fato de praticar a fé, uma religião já ofende a outra. A Igreja Católica adora imagens, nós não. Isso nos ofende. Nossa maneira de pregar é contrária ao Candomblé. O sacrifício agride a gente. E não há ação de nossa parte contra essas igrejas. Respeito o direito de a pessoa professar a sua fé, mas não precisamos respeitar os deuses dela.”¹⁴

Ser evangélico, ou mais, ser iurdiano implicava na negação das religiões de origem africana, negação esta que pode ser comprovada em muitos momentos da história deste grupo marcada por diversos confrontos com os cultos afro-brasileiros. Ao trazer para si a bandeira da causa negra, Reginaldo Germano também teve que se defrontar com os dilemas que esta participação implicava, uma vez que a vinculação com a militância negra quase sempre se associou ao compartilhamento de uma determinada posição religiosa. Evangélicos Progressistas já haviam entrado na militância, mas uma parte destes setores estava preocupada em estabelecer um diálogo inter-religioso e cultivavam algum

reconhecimento aos cultos afro-brasileiro ou pelo menos admitiam a necessidade deste respeito.¹⁵ Este respeito é negado na própria fala de Germano: “respeito o direito de a pessoa professar a sua fé, mas não precisamos respeitar os deuses dela”. Assim, criação do MONEBA, Associação Nacional do Movimento Negro Evangélico apareceu com uma alternativa para a sua entrada na militância da causa negra sem abandonar algumas de suas convicções (ou preconceitos):

A criação desse movimento mostra que os negros que querem servir a Deus por meio da Igreja não têm mais motivos para pensar que só podem pertencer a religiões de origem africana. Não! Nós somos livres. Não foi em 1888 que ficamos livres, mas quando encontramos Jesus. Em 1888 permanecemos escravizados. A partir do momento em que encontramos Jesus, tornamo-nos livres, e a Bahia criou a MONEBA.¹⁶

Há em seus discursos referência a alguns dos conflitos que teriam ocorrido com segmentos do movimento negro e a suposta exclusão de que sofreria pela sua condição religiosa, principalmente com seu colega baiano, deputado Luiz Alberto, militante histórico da causa negra, um dos fundadores do Movimento Negro Unificado:¹⁷ Luiz Alberto também teve atuação parlamentar voltada para questões relacionadas à causa negra. Dos 482 discursos que proferiu ao longo de 14 anos na Câmara Federal (1999-2006), 133 fizeram referência a esta temática, aproximadamente 27% de suas falas. Deve-se ressaltar que este deputado atuava em diversos movimentos sociais, além de entidades negras, o que pode explicar um percentual menor em termos relativos quando comparado aos dados de Reginaldo Germano. A base social de apoio dos dois candidatos era bastante diferente, o que explica de certa forma os estranhamentos que ocorreram entre os dois no espaço legislativo:

Na semana passada ocupei esta tribuna para abordar o tema da discriminação racial no País. Manifestei o meu repúdio em relação à maneira como o atual Governo tem tratado a questão.

Para meu espanto, o orador que me sucedeu nesta tribuna, o Deputado Luiz Alberto, do Partido dos Trabalhadores da Bahia, discordou do meu ponto de vista, contradisse-me e tentou desacreditar as minhas palavras. Além disso, atacou a religião evangélica deste País, que tem prestado relevantes serviços à população. Os evangélicos nada recebem do Governo, não têm seus templos tombados. Vivem, sim, dos dízimos ofertados em suas igrejas por aqueles que acreditam na palavra de Deus.

[...] Lamento a atitude do Deputado Luiz Alberto de levantar-se contra a Igreja Universal do Reino de Deus, que, principalmente no Rio de Janeiro, entrou nos presídios e levou até lá a palavra de Deus, serenando o ânimo dos insatisfeitos que nas ruas praticaram crimes como tráfico de drogas, sequestros e assaltos. Lá estamos presentes para levar esperança e orientação, para ensinar àquelas pessoas que o caminho não é o da

violência e do crime organizado, para lhes mostrar que há esperança, e essa esperança chama-se Jesus. Quando Jesus entra no coração da pessoa, ela deixa de ser violenta e passa a ter dignidade, sendo objeto de aprovação na sociedade.¹⁸

Luiz Alberto de fato pediu a palavra na sessão realizada em 18 de agosto de 2004 para rebater algumas das observações feitas por Reginaldo Germano acerca das alterações propostas pelo governo para o Estatuto da Igualdade Racial. Negou que na proposta do governo houvesse a intenção de não colocar a reserva de vagas para negros na universidade e muito mais que isto revelou um dos principais impasses que marcava a construção do Estatuto e que mantinha relação direta com a condição religiosa de Reginaldo Germano:

Agora, gostaria que o Deputado Reginaldo Germano, como tem feito inclusive nos debates havidos nas Comissões, explicitasse o centro da sua divergência quanto ao Estatuto da Igualdade Racial. Não vamos tergiversar. Estamos querendo garantir no Estatuto, além daqueles pontos levantados por S.Exa., com os quais concordo, como o Fundo Nacional e a política da reserva de vagas, conhecida como cotas, o direito constitucional da liberdade religiosa neste País.

Sabemos de um evento ocorrido em nosso País que causou quase uma comoção nacional, ou seja, quando um pastor da Igreja Universal chutou uma santa católica na televisão. Houve uma comoção nacional. Mas sabemos que, diariamente, em várias partes do Brasil, em particular na Bahia e no Rio de Janeiro, setores evangélicos têm agredido o direito à liberdade religiosa das religiões de matriz africana, e nem por isso ocorre uma comoção nacional. Ou seja, existe, por parte de setores da sociedade, uma convivência com essa agressão antidemocrática ao direito de um setor da sociedade de praticar a sua religião.

Esse tema está inserido no Estatuto, e me parece que daí se origina uma série de divergências, que não se explicitam. Querem impedir que o debate se dê de forma democrática, se conclua e que possamos aprová-lo na Câmara dos Deputados.¹⁹

É bastante interessante na fala do deputado a identificação também dos motivos religiosos que justificam a presença de políticos iurdianos na construção do Estatuto da Igualdade Racial: conter uma possível criminalização de práticas de intolerância religiosa em relação às religiões afro-brasileiras que vinha ocorrendo na sociedade brasileira. Mas talvez esta seja uma visão maniqueísta da condição de Reginaldo Germano e possivelmente de outros políticos evangélicos que estivessem ligados ao projeto, pois como já foi observado, no entendimento do deputado iurdiano a intolerância religiosa não existia na IURD e o movimento negro não poderia ser confundido com determinadas posições religiosas.

Chama atenção na fala de Germano também a referência que faz a política de valorização de grupos religiosos afro-brasileiros: “Os evangélicos nada recebem do Governo, não têm seus templos tombados. Vivem, sim, dos dízimos ofertados em suas igrejas por aqueles que acreditam na palavra de Deus”. O preconceito em relação a estes grupos religiosos aparece quase sempre de forma implícita nos discursos de Reginaldo Germano e acabam sempre revelando o lugar social de onde emerge. Suas palavras também lembram um episódio ocorrido em 1996, quando o vereador batista Alvaro Martins apresentou na Câmara Municipal de Salvador o projeto de lei 75/96 cuja finalidade era proibir que espaços públicos recebessem nomeação religiosa.²⁰ O vereador Alvaro Martins não desejava que logradouros públicos recebessem intitulações como “Casa de Oxum” porque estavam ligadas a crenças religiosas, mas foi ele mesmo autor de dois projetos que tinham perfil semelhante. O PL 396/1991 e o PL 246/1995 denominavam Jesus de Nazaré e Praça da Bíblia a dois pontos da cidade.²¹

O projeto de lei 75/96 de Alvaro Martins continha veladas críticas à prefeita Lídice da Mata. No governo de Lídice a valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro não agradou muitos vereadores evangélicos. Apesar das dificuldades enfrentadas pela prefeita que administrava a cidade na época com poucos recursos, fruto apenas das transferências obrigatórias feitas pelo governo estadual, dirigido por Antonio Carlos Magalhães, houve uma política pública voltada para a valorização do candomblé, principalmente através do projeto Jardim das Folhas Sagradas que realizou a melhoria de instalações físicas de alguns terreiros de candomblé de Salvador.²² A associação da cultura baiana com religiosidade afro-brasileira sempre afetou evangélicos e as disputas em torno da instalação das esculturas de orixás no Dique do Tororó, em 1997, foi apenas o episódio mais visível desta história.

A atuação de Reginaldo Germano como militante da causa iurdiana/negra teve fim em 2006 quando não foi indicado para permanecer no Congresso Nacional como representante da Igreja Universal do Reino de Deus. Agraciado em 1998 e 2002 com um mandato de deputado federal, tentou disputar novamente o pleito de 2006, sem o respaldo da IURD, que decidiu não apoiá-lo, uma vez que Germano teve seu nome associado a “Máfia das Sanguessugas”.²³ Em 2002, conseguiu 65.607 votos nominais disputando pelo Partido da Frente Liberal, ficando com 1,102% dos votos válidos. Nas eleições de 2006, quando se encontrava no Partido Progressista, caiu para 2.090 votos, o que correspondeu a 0,032% dos votos validados pela Justiça eleitoral.²⁴

Reginaldo Germano alega ter disputado as eleições contanto com o trabalho que teria realizado em prol da comunidade negra.²⁵ Todavia, o seu relativo fracasso eleitoral pode demonstrar que se recebia votação da comunidade negra, era, sobretudo daqueles membros desta que se encontravam nos tempos da Igreja Universal em toda Bahia. O seu discurso em relação ao papel da IURD no que diz respeito à questão negra também modificou-se a partir do momento que foi excluído pelo grupo, assumindo-se vítima de preconceito racial que antes julgava que seu grupo religioso também combatia.

Discutindo a etnicidade do ser negro

A análise da trajetória política de Reginald Germano nos remete a algumas discussões que já tem uma longa história no Brasil e que de certa forma se cruzam neste trabalho: o que é ser negro? É possível falarmos de uma cultura negra evangélica? Pode-se associar determinada condição racial a pressupostos religiosos? Sem dúvida combater o processo de discriminação que as religiões afro-brasileiras vêm sofrendo ao longo da história brasileira não significa uma associação automática do ser negro a ser praticante de tais práticas religiosas. Como ignorar que nos templos evangélicos no Brasil, mas principalmente nos templos baianos, a maior parte de seus frequentadores é negra?

Em função da pouca importância política que a etnicidade vem cumprindo no Brasil, Lívio Sansone, antropólogo e importante pesquisador das relações raciais no Brasil, questiona-se se não seria melhor pensar na construção de um antirracismo sem etnicidade? Assim, a frente antirracista não ficaria restrita ao movimento negro organizado que desenvolveria uma política de identidade negra antipluralista. Isto porque Sansone identifica as dificuldades de construção do conceito de comunidade negra:

O termo comunidade negra, usado com bastante frequência nos círculos políticos baianos e nos meios de comunicação de massa, não se refere à totalidade da população negra nem define uma “comunidade negra” tal como a conhecemos nos Estados Unidos, designando, antes, aqueles que frequentam os cinco terreiros de candomblé – um grupo de ativistas negros e um grupo de intelectuais negros. A expressão refere-se aos negros que praticavam ostensivamente a cultura afro-baiana, em particular em sua forma “mais pura” (isto é, mais africana) – os pais-de-santo e mães-de-santo dos terreiros mais famosos de candomblé, os músicos negros que fazem música de “raízes africanas” e (e que não correspondem a todos os músicos negros), as negras que vendem pratos típicos nas ruas (mas só aquelas que usam o tradicional pano-da-costa branco) e os poucos intelectuais e militantes negros que fazem da identidade negra o centro de seu trabalho intelectual ou de militância. (Teles dos Santos, 1999). A comunidade negra representa, portanto,

apenas uma pequena parcela da vida social e cultural negra de Salvador.
(Sansone: 2004, 114)

Apesar dos confrontos, disputas, brigas, rivalidades, o Estatuto da Igualdade Racial saiu. Possivelmente em razão de um consenso construído. Consenso este que identificou o negro não a partir de sua aparência ou de determinadas características étnicas, mas pelo fato de que historicamente o negro vem sendo discriminado na sociedade. Um racismo estrutural que atinge “pardos” e “negros” e que incomodava tanto Luiz Alberto quanto Reginaldo Germano. De um ponto de vista militante/acadêmico talvez seja nova a discussão da intolerância praticada pelos evangélicos em relação às religiões afro-brasileiras. Esta é por demais evidente e podemos ver em algumas falas de Reginaldo Germano a reprodução deste preconceito. Mas causa certo desconforto aos que aspiram à construção de um movimento negro forte, a intolerância praticada por alguns de seus representantes em relação à inclusão de evangélicos nas fileiras da luta contra a discriminação racial. Neste caso as palavras de Sansone convidam-nos a refletir sobre esta questão: “A comunidade negra representa, portanto, apenas uma pequena parcela da vida social e cultural negra de Salvador”. Uma parte significativa deste contingente que não faz parte desta “comunidade negra” está nos diversos templos evangélicos espalhados pela cidade.

Situando a luta contra o racismo como mais importante que a construção de uma etnicidade negra, Lívio Sansone aponta algumas possibilidades para ampliação do conceito de negro ou comunidade negra baiana, entre os quais podemos colocar a não necessidade de uma identidade étnica para a participação de indivíduos na luta por melhores condições de vida para a população afrodescendente. A bandeira do combate ao racismo na Bahia prescinde de feição religiosa. O evangélico Edson Gomes que o diga: o “senhor das multidões”, músico questionado por alguns setores do movimento negro baiano, mas que talvez como nenhum outro personagem simbolize a construção de uma positividade do ser negro, atingindo um setor muito mais amplo do que o que o movimento negro organizado, pelo menos na Bahia, tem conseguido.

Bibliografia

BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo, Annablume, 2009.

- BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. 6ª Ed., São Paulo, Perspectiva, 2005.
- CAMPOS, Leonildo. *Teatro, Templo e Mercado: uma análise da organização, rituais, marketing e eficácia comunicativa de um empreendimento pentecostal*. São Bernardo, Insto Met. Ens. Superior, 1996.
- FONSECA, Alexandre Brasil. *Relações e Privilégios: Estado, secularização e diversidade religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro, Novos Diálogos Editora, 2011.
- FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: Da constituinte ao impeachment*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1993. Tese de doutorado em Ciências Sociais.
- GOMES, Wilson. Demônios ao fim do século. Curas, ofertas e exorcismo na IURD. In: *Cadernos do CEAS CILVI*. 1993.
- MACHADO, Maria das Dores Campos e BURITY, Joanildo. *Os votos de Deus: Evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife, Massangana, 2006.
- NERY, Jorge. *Práticas e Representações Étnicas nas Narrativas Religiosas dos Batistas em Feira de Santana (1947-1988)*. Feira de Santana, UEFS, 2010. Dissertação de Mestrado em História.
- RODRIGUES, Carlos. *A Igreja e o Social*. Rio de Janeiro, Gráfica Universal, 1998.
- SANSONE, Lívio. *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*. Trad. de Vera Ribeiro. Salvador/Rio de Janeiro, Edufba/Pallas, 2004.
- SANTOS, Adriana Martins dos. *A construção do Reino: a Igreja Universal e as instituições políticas soteropolitanas (1980-2002)*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador, UFBA, 2009.
- SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: evangélicos progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana, Editora da UEFS, 2010.
- SILVA, Marcelo Leolino. *A história no discurso do movimento negro unificado: os usos políticos da história como estratégia de combate ao racismo*. Dissertação (Mestrado em História) – UNICAMP, 2007.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. *Intolerância religiosa: impactos do Neopentecostalismo no campo religioso Afro-brasileiro*. São Paulo, EDUSP, 2007.
- TORRES, Djalma. *Caminhos de Pedra*. Feira de Santana, Curviana, 2011.

UNIVERSAL. *Jubileu de Prata: 25 anos da Igreja Universal do Reino de Deus: Do coreto às catedrais*. Rio de Janeiro, Universal, 2003.

¹Em 2002, Marcelo Crivella foi eleito senador pelo Partido Liberal (PL). Sua chegada ao poder concretizou uma aspiração da Igreja Universal durante toda década de 1990, que era conseguir uma vaga no senado federal. Para isto tentou articular uma série de alianças com outros grupos religiosos e investiu bastante na construção da imagem pública de Crivella, principalmente colocando-o a frente dos projetos sociais do grupo, os quais eram divulgados pelos seus meios de comunicação.

²*Folha Universal*, 15/12/1996, pág. 7 b.

³*Folha Universal*, 06/09/1998, pág. 5b.

⁴*Diário da Câmara dos Deputados (DCD)*, 9/08/2000, 41326.

⁵A utilização dos termos Direita e Esquerda diante do clima de “pasteurização” política vivenciadas anos últimos anos pode ser problemática, mas também pode ser em parte justificada pelo fato de que à época estudada os grupos se identificavam e eram identificados por tal designação.

⁶*Plenitude*, Ano 23, 2004, n. 106, pág. 13.

⁷Paul Freston, Wilson Gomes, Elizete da Silva, Adriana Santos, os três últimos com suas pesquisas relacionadas ao campo religioso soteropolitano.

⁸*Tempo e Presença*, Ano 15, 1994, n. 271, pág. 23.

⁹*DCD*, 03/09/1992, pág. 20056.

¹⁰*Folha Universal*, 2/03/1997, pág. 4b.

¹¹*Folha Universal*, 06/07/1997, pág. 2.

¹²Este artigo é um dos frutos das pesquisas iniciais que venho realizando para construção de tese de doutorado que analisa a presença evangélica no espaço legislativo baiano. A análise dos demais aspectos da atividade política de Reginaldo Germano se fará em períodos posteriores.

¹³*DCD*, 17/11/2005, pág. 55399

¹⁴*Folha de São Paulo*, 14/12/2003, pág. 9.

¹⁵É tentador imaginarmos que setores progressistas e ecumênicos do Protestantismo tenham facilitado o diálogo com as religiões africanas, mas existem indícios muito grandes das dificuldades neste processo. Parece que personagens importantes dele só quiseram um diálogo verdadeiro com os cristãos, a exemplo de Celso Dourado, uma das figuras mais atuantes deste segmento na Bahia e que, no entanto, tinha dificuldades muito grandes para lidar com esta temática. Em entrevista concedida à Elizete da Silva, diz considerar estes grupos como dignos de respeito, mas qualifica-os como religiões primitivas, revelando no conteúdo implícito desta avaliação o seu preconceito e o lugar de onde parte esta afirmação, ou seja, a partir do olhar de uma religião “superior” e “evoluída”. (Silva, 2010, pág. 205)

¹⁶*DCD*, 10/08/2005, pág. 37818.

¹⁷O Movimento Negro Unificado é uma entidade do movimento negro fundado em 1978, na cidade de São Paulo, visando lutar contra a discriminação racial de forma mais integrada buscando a construção de uma ação conjunta de entidades já existentes. (Silva, 2007, pág. 12)

¹⁸*DCD*, 25/08/2004 pág. 36462

¹⁹*DCD*, 18/08/2004, pág. 35363.

²⁰PL 75/96 de 03/06/1996. *DOM, DL*, 28/11/1996, pág. 7.

²¹*DOM*, 20/11/1992, pág. 15 e 29/12/1995, pág. 3, respectivamente.

²²A derrota do grupo de ACM nas eleições de 1990 custou à cidade de Salvador quatro anos de abandono e perseguições a então candidata do PSB.

²³A “Máfia das Sanguessugas” foi um esquema que envolvia o pagamento de propina aos deputados para elaboração de emendas ao Orçamento destinadas à compra de ambulâncias. *Folha de São Paulo*, 11 de maio de 2006, Brasil, pág. A8 e 03 de junho de 2006, Brasil, pág. A15.

²⁴Poder-se-ia argumentar que a diminuição dos eleitores de Germano se deu ao fato de estar envolvido com escândalos políticos e não em razão de não ter recebido o apoio da IURD. É difícil saber qual a opção mais adequada uma vez que ela não estava posta para os membros que acreditavam que político evangélico e honestidade eram sinônimos: não recebeu os votos porque não foi apoiado e não foi apoiado porque não era honesto. A decisão sobre ser íntegro ou não em último caso dependeu das lideranças que puderam atacar ou defender um candidato “corrupto”. Caso a alternativa escolhida fosse a defesa, este deixava de ser “desonesto” e passava a ser “perseguido”.

²⁵[www.http.politicosdosuldabahia.com.br/v1/2011/05/16/%E2%80%9Cfui-prejudicado-com-as-reportagens-que-a-globo-publicou-no-jornal-nacional%E2%80%9D/](http://www.politicosdosuldabahia.com.br/v1/2011/05/16/%E2%80%9Cfui-prejudicado-com-as-reportagens-que-a-globo-publicou-no-jornal-nacional%E2%80%9D/)